



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 288

Teresina (PI), 06 de junho de 2017.

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.007860/17
Senha: BFE0340

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do Deputado **Wilson Brandão** que:

“Projeto indicativo de lei para Alteração do art. 68 da Lei 4.257/89, para acrescentar o parágrafo único, no qual as multas por descumprimento das obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelo órgão julgador administrativo, desde que fique comprovada a primariedade do contribuinte infrator e que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação, e não impliquem em falta de recolhimento do imposto”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em, 17/08/17

Responsável

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 26 DE DE DE 2016

"projeto indicativo de lei para Alteração do art. 68 da Lei 4.257/89, para acrescentar o § 1º, no qual as multas por descumprimento das obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelo órgão julgador administrativo, desde que fique comprovada a primariedade do contribuinte infrator e que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação, e não impliquem em falta de recolhimento do imposto".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o paragrafo único ao Art. 68 da Lei Estadual nº 4.257 de 06 de Janeiro de 1989, passa a Vigorar com a Seguinte Redações:

"Art. 68.

.....
Paragrafo único. As multas por descumprimento das obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelo órgão julgador administrativo, desde que fique comprovada a primariedade do contribuinte infrator e que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação, e não impliquem em falta de recolhimento do imposto."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 02 de maio de 2017.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente


Dep. **FLÓRA IZABEL**
1º Secretário


Dep. **RUBEM MARTINS**
2º Secretário